

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 714.405 - RS (2015/0108082-8)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**AGRAVANTE : BRASIL TELECOM S/A**  
**ADVOGADOS : WALTER DE OLIVEIRA MONTEIRO - RS069412**  
**MÔNICA GÓES DE ANDRADE MENDES DE ALMEIDA -**  
**RS069411**  
**VALDEMIR ESCOBAR E OUTRO(S) - RS079636**  
**AGRAVADO : ELIZABETH PIMENTEL DE BITENCOURT**  
**ADVOGADOS : RODRIGO GERMANO ULZEFER E OUTRO(S) - RS054454**  
**MARIA WALKIRIA MADRID DA SILVEIRA - RS050410**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto por BRASIL TELECOM S/A, em face de acórdão assim ementado (fl. 264):

AGRAVO. NEGATIVA DE SEGUIMENTO A AGRAVO DE INSTRUMENTO MEDIANTE DECISÃO MONOCRÁTICA. BRASIL TELECOM S/A.

COTAÇÃO DAS AÇÕES DA CELULAR CRT PARTICIPAÇÕES. O VALOR NOMINAL, CUJA APLICAÇÃO É DEFENDIDA PELA PARTE ORA AGRAVANTE, É PURAMENTE CONTÁBIL E SEM VINCULAÇÃO COM O VALOR DE MERCADO DA AÇÃO. NEGADO PROVIMENTO.

Os embargos de declaração opostos na origem foram rejeitados (fls. 279/283).

Nas razões do especial, a ora agravante alega violação dos arts. 170, § 1º, da Lei n. 6.404/76; 467, 471 e 475-L, V, do Código de Processo Civil/1973; e 884 do Código Civil. Pretende seja aplicado no cálculo do diferencial acionário o critério estabelecido na Súmula 371/STJ. Afirma que o "valor patrimonial das ações da Celular CRT, na data da cisão (...) é de R\$ 0,044209" (fl. 293).

Ultrapassado o juízo de admissibilidade, passo a decidir.

Inicialmente, quanto à pretensão de aplicação do critério estabelecido na Súmula 371/STJ para o cálculo do diferencial acionário observa-se que, embora opostos embargos de declaração, o tema não foi debatido pela Corte de origem. Assim, não

levantada a negativa de vigência ao art. 1.022 do Código de Processo Civil/2015, nas razões do especial, incidente o enunciado 211 da Súmula do STJ, por ausência de prequestionamento.

No mais, o Tribunal de origem, ao julgar o agravo, entendeu que inaplicável ao cálculo das ações de telefonia celular o valor pretendido pela recorrente e a revisão da conclusão adotada demandaria inevitável o reexame de matéria fática, procedimento que encontra óbice no verbete 7 da Súmula desta Corte. No mesmo sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. CONVERSÃO EM PERDAS E DANOS. CÁLCULO DA INDENIZAÇÃO. VALOR UNITÁRIO DA AÇÃO. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Rever o critério adotado pelo Tribunal de origem no cumprimento de sentença, acerca do valor unitário da ação da celular CRT vigente na cisão, importaria, necessariamente, o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada em sede especial, a teor da Súmula 7 do STJ.

2. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 759.181/RS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 19/04/2016, DJe 29/04/2016)

Em face do exposto, não havendo o que reformar, nos termos do art. 34, XVIII, "b", do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo e nego provimento ao recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora